



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: CARLOS BEZERRA JR.

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/06/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Boa tarde a todos os presentes. Vou começar nomeando os Vereadores presentes que eu vejo na tela, Srs. Professor Toninho Vespoli, Faria de Sá, Sandra Tadeu e Gilberto Nascimento.

Declaro então abertos os trabalhos da 8ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza neste ano de 2021.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo, e a íntegra da transcrição dessa audiência estará disponível no *site* da Câmara Municipal, no *link* Registro Parlamentar. Informo ainda que a realização dessa audiência pública vem sendo divulgada, no *Diário Oficial da Cidade*, desde 24 de junho, e foi publicada nos jornais *Agora* e *Folha de S.Paulo*, em 25 de junho.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o PL 347/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o licenciamento de estação rádio-base, estação rádio-base móvel e estação rádio-base de pequeno porte, destinados à operação de serviços de telecomunicações no município de São Paulo.

Foram convidados para essa audiência pública a Sra. Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora Geral do município, a quem já registro a sua presença. Também foram convidados os Srs. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Edson Aparecido dos Santos, Secretário Municipal de Saúde, que está presente no *chat*; Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, que tem a Sra. Secretária Adjunta Minéa Fratelli, como representante, também presente; Juan Quirós, Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia, representado, nessa audiência pública, pelo Sr. Alexandre Amorim, Secretário Adjunto, também presente; Geovana Borges, diretora institucional da Cufa, Central Única das Favelas; Luciano José Stutz Ferreira, Presidente da Abrintel, Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações, que está presente; e Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal, Conexis, representado, nesta audiência pública, pelo Sr. Ricardo Dieckmann, gerente de infraestrutura, também presente.

Registro, neste momento, a presença aqui, no plenário, do Vereador Fabio Riva.

As inscrições para participação do público estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 25 de junho, devendo os interessados a participarem pela plataforma, *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Indago aos Srs. Vereadores se há sugestão de alguma dinâmica para o andamento dessa audiência pública, tendo, em vista que a Procuradora Geral do Município, Sra. Marina, e o Sr. Secretário César Azevedo já se manifestaram na sessão que foi interrompida na última quinta-feira. Os Srs. Vereadores têm alguma sugestão de pauta para o andamento?

O SR. FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que os Srs. César e Marina poderiam ser dispensados, porque já estiveram presente e já falaram. Na verdade, reincidir na manutenção dos dois é cometer erro, coisa que não podemos cometer.

A SRA. SANDRA TADEU – Sr. Presidente, creio que a Sra. Marina falou que iria acompanhar as oitivas e depois, em qualquer dúvida, iria se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Isso.

A SRA. SANDRA TADEU – Sr. Presidente, eu iria sugerir que nós ouvíssemos os convidados; e depois os Vereadores e os convidados pudessem fazer os seus questionamentos. Não sei se os meus Colegas estão de acordo.

O SR. FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, como os Srs. Cesar e Marina já participaram, não precisam participar. Essa é a colocação que eu insisto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Entendi, nobre Vereador.

Tem a palavra o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, eu quero concordar com a Vereadora Sandra Tadeu. Eu acho que os participantes, os convidados poderiam se manifestar, sobre o que as suas secretarias acham sobre o projeto; e depois a gente poderia dialogar com eles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Nobre Vereador Professor Toninho

Vespoli e nobre Vereadora Sandra Tadeu, é importante a manifestação de V.Exas., mas quero propor o seguinte: acho que há dois caminhos para seguirmos na audiência pública. Há esse caminho que a Vereadora Sandra Tadeu e o Vereador Toninho Vespoli sugerem, que seria o de exposição dos convidados para depois haver a manifestação, e há um caminho – que este presidente entende – que pode ser ainda mais dinâmico, que seria qual? Os Vereadores se anteciparem e fazerem as perguntas aos secretários presentes. O que poderia dar uma dinâmica diferente e os secretários poderiam se manifestar; há também duas entidades representadas, que poderiam fazer suas manifestações técnicas dentro dessa dinâmica.

O que os Vereadores acham?

Pela ordem, o Vereador Gilberto Nascimento.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Apenas gostaria de entender se nessa dinâmica que o senhor está propondo, obviamente depois que fizermos os comentários, as colocações e os secretários responderem, poderão surgir novas dúvidas e novos questionamentos. Teremos tempo depois de fazermos novos questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – A questão toda é a seguinte: há oito convidados. Se cada um deles se manifestar por 10 minutos, estamos falando em mais de 1h, 1h40 só de manifestação inicial. Depois, vamos imaginar, que cada Vereador se manifeste por mais cinco minutos. Nós já teríamos duas horas e pouco, mais a resposta, mais a tréplica, – minha opinião –, e eu sou absolutamente democrático na condução, mas acho que seria contraproducente. Parece-me que poderia ser muito mais produtora, por exemplo, cada Vereador ter direito a quatro ou cinco questionamentos dirigidos a quem o Vereador quiser. E o secretário ou o representante da pasta que estiver dão as respostas. Se ao final não se sentir contemplado, poderemos rever, mas acho que faria muito mais sentido quatro ou cinco questionamentos por Vereador, distribuí-se esses questionamentos e assim fica muito mais dinâmica e objetiva a audiência pública.

A SRA. SANDRA TADEU – Está bom, para mim tudo bem. Vamos começar, senão

vamos nos atrasar mais ainda.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Eu vou passar em seguida, Vereador Sansão, só como o Secretário Edson Aparecido pediu a palavra. Se V.Exa. concordar, vou passar a palavra ao Secretário e, a seguir, a V.Exa.

O SR. SANSÃO PEREIRA - Por favor, pode passar a palavra ao Secretário, é apenas para registrar minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Perfeito. Presença registrada do Vereador Sansão Pereira.

Secretário Edson Aparecido.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Vereador Carlos, primeiro, é um prazer estarmos aqui. Vereador, nós estamos num trabalho imenso com a questão da vacinação com o Estado e com o Ministério.

Peço uma participação rápida porque na semana passada eu participei de uma audiência pública, presidida pelo Presidente Milton Leite, que tratou desse assunto e foi feita uma longa explanação sobre essa questão. Estou aqui novamente, vou fazer uma explanação na questão da saúde, mas se pudéssemos ter um roteiro, porque estamos tentando definir aqui todo o processo de vacinação da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Claro, claro. Secretário, preocupado exatamente com essa questão que o senhor levanta, estou propondo aos Vereadores que se dinamize, ou seja, para que não haja necessidade de uma nova explanação complexa sobre a saúde, que vai levar muito mais tempo, os Vereadores que tiverem questionamento pertinentes à pasta da saúde, com relação a esse projeto, poderiam se manifestar neste momento. O senhor seria o primeiro a responder todas as questões direcionadas à saúde e vamos passando aos outros convidados. Se os Vereadores assim concordarem, poderemos direcionar dessa forma.

O SR. FARIA DE SÁ – De acordo, Presidente. Vamos lá, porque o Edson tem que

cuidar de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Perfeito. Tudo bem, Vereadores?

A SRA. SANDRA TADEU – Tudo bem. Não tenho nenhum questionamento na área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Vereador Toninho, ok? Algum Vereador inscrito para questionamentos ao Secretário Edson Aparecido?

O SR. FARIA DE SÁ - Acho que ele poderia fazer uma exposição, Sr. Presidente. Dessa forma, nós o liberamos para cuidar de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Secretário Edson, sem que haja necessidade de uma longa exposição, se o senhor puder fazer uma exposição de cinco minutos tocando nos pontos em que possa haver algum tipo de dúvida da Câmara com relação ao projeto, apenas para fazer os esclarecimentos que julgar necessários, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Obrigado, Presidente. Nós fizemos, no caso da saúde um amplo investimento em toda a estruturação do sistema de saúde aqui na Cidade, ter em vista que o avanço que nós podemos dar, tanto em escala como em qualidade – na ampliação da escala de atendimento e na qualidade dos serviços –, o elemento da tecnologia é absolutamente imprescindível. Um exemplo é o prontuário eletrônico, hoje já praticamente estabelecido em toda a rede, tanto da rede da atenção básica, como na de hospitais, agora fazendo o processo de integração total. Para se ter uma ideia, hoje, todo o nosso sistema contratado de exames é feito *on-line*; o exame é feito regionalmente, vai para uma central de avaliação de diagnóstico, volta para a unidade onde o paciente está sendo atendido, praticamente num exíguo espaço de tempo. Antigamente, marcava-se o exame na ponta, realizava-se o exame, o motoqueiro pegava o exame, levava para a central, que fazia o diagnóstico, e o resultado retornava em uma semana, dez dias depois para a nossa unidade. Já hoje nós temos toda uma rede de serviços contratados, e havendo sinais eficientes de telefonia, nós podemos fazer isso praticamente em tempo e velocidade *online*. A mesma coisa

com o prontuário eletrônico, que reúne todas as informações de atendimento, inclusive as de consultas, que são marcadas pelo cidadão e pela nossa rede.

Outra questão importante na qual nós avançamos muito na rede do Município – e vamos ter que avançar muito mais no tratamento das comorbidades da pós-pandemia – é a telemedicina, que hoje está em todos os territórios da Cidade. Obviamente, temos dificuldades em fazer um atendimento especializado para o nosso clínico generalista que está na ponta da Unidade Básica, porque, em algumas regiões da Cidade, absolutamente inexistem sinais de telefonia. Nos últimos 15 meses, o Município fez um investimento de 135 milhões de reais, trocando toda a rede, reformando as Unidades Básicas de Saúde, comprando computadores e agora temos uma contratação que foi feita com o empréstimo do BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que implanta todo o processo de telemedicina e todas as plataformas de atendimento da população por esses mecanismos. Para se ter uma ideia, o contrato feito pela Prefeitura com o BID é de 5 milhões e 420 mil dólares, um investimento absolutamente estratégico, estruturante do sistema de informações da saúde, apesar das dificuldades de utilização que, obviamente, nós vamos ter em algumas regiões, exatamente por não termos os sinais de comunicação com a nossa central da Secretaria. Nós já enfrentamos esse problema há algum tempo. Ninguém mais tem telefone fixo, todo mundo tem telefone celular, e em algumas regiões da Cidade, como o fundo da região da zona Sul, Parelheiros, Marsilac, Ilha do Bororé, onde nós temos uma Unidade Básica de Saúde, se o cidadão tiver que chamar o SAMU pelo celular, ele não consegue porque não há sinal.

Sob o ponto de vista daquilo que preconizou o processo de privatização das telecomunicações, que é a universalização do serviço público de telecomunicações no País, ter esse tipo de problema na maior cidade da América Latina é absolutamente incompreensível. É evidente que é falta de investimento, que é concentração de investimentos e de estratégia onde, eventualmente, o retorno comercial é maior, que é o chamado centro expandido da Cidade. A Lei Geral de Telecomunicações, que previu a privatização, abordou exatamente este componente social, e isso ficou muito claro na lei aprovada pelo Congresso – inclusive o

Vereador Arnaldo era deputado federal na época –: a necessidade de ser inserida na conta desse processo a universalização e ampliação dos serviços de telecomunicação.

No processo de enfrentamento da pandemia, no qual os números compunham esse cenário, havia regiões na Cidade para as quais nós tínhamos dificuldade de compor esses números, pois chegavam sempre atrasados.

Então, a estratégia de saúde que se estabelecia nesses locais por conta do atraso da chegada dos números, a confirmação dos sintomáticos respiratórios, a testagem que nós fazíamos no território, o processo de internações, de leitos de enfermaria e de UTI esbarravam nesta dificuldade.

Portanto, com todo o investimento que fizemos a área da saúde dotando a nossa rede de mil equipamentos de saúde que temos na Cidade, mais os 29 hospitais, o investimento fizemos exatamente para ter este salto de qualidade na melhoria dos serviços de saúde, na ampliação do acesso, na democratização do acesso, enfim, enfrentamos em algumas regiões da Cidade problemas muito graves, sobretudo, nas regiões mais populosas da zona Leste onde temos dificuldades concretas de sinais e também da zona Sul e uma parte da região Norte da Cidade, daquela mais próxima a região de serra, na Serra da Mantiqueira.

Então, este é um gargalo. O investimento feito pela Prefeitura dotou hoje as unidades dessa capacidade, dessa possibilidade de ampliação desse tipo de serviço, que é a integração e cada vez mais a interlocução do serviço público com o cidadão através da tecnologia, enfrentamos esse gargalo em algumas regiões em função da exígua disponibilidade de infraestrutura necessária para dotar a Cidade de sinais completos em relação à telefonia.

Então, era isso. Realmente, chegamos a um *deadline* muito complicado porque tem algumas regiões onde a gente pega, por exemplo, Vereador Gilberto Nascimento, onde nós fizemos aquela unidade, que era a última unidade de madeira da Cidade, que era o bairro ali...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Jardim Fontales.

O SR. SECRETÁRIO EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Jardim Fontales, ali você não tem sinal de telefonia celular. Fica ali na beira da Serra da Cantareira. Você vai a

nossa UBS indígena, temos três UBSs em aldeias indígenas na zona Sul e uma na zona Norte e lá não tem sinal de telefonia. Os nossos técnicos têm de sair da unidade, ir a um lugar para poder se comunicar.

Neste momento, por exemplo, de vacinação, para dizer o seguinte: “Olha, tragam-me mais vacina que a vacina está acabando.” É esse tipo de coisa que estamos enfrentando, é esse tipo de dificuldade que a gente tem em algumas regiões da Cidade.

Então, peço desculpas. Estamos fechando o calendário da vacinação para esta semana e para semana que vem. Então, todo dia é uma aventura, mas eu não podia deixar de dar esse testemunho. Realmente, chegamos a algumas regiões da Cidade em que há um gargalo intransponível, apesar de todo o investimento feito pela Prefeitura na infraestrutura de tecnologia na área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Sr. Secretário, sabemos das dificuldades todas enfrentadas neste momento. Aliás, quero mais uma vez cumprimentá-lo pelo esforço, pelo bom trabalho realizado a frente da Secretaria Municipal de Saúde na condução desta pandemia, que tem sido importantíssimo com relação aos impactos minimizados na população quando a gente compara inclusive preferencialmente São Paulo com outras cidades brasileiras.

Queria apenas fazer um questionamento, Secretário, que é uma preocupação. V.Exa. sabe que eu sou profissional de saúde também, a preocupação com relação ao PL e aí queria ouvir a sua opinião, em razão da pouca especificidade que o PL apresentado pelo Executivo apresenta no tocante aos danos à saúde que a radiação emitida pelas antenas poderia causar. Inclusive, propus uma emenda que regulamenta as emissões de radiação com base na Lei Federal 11.394, citada por V.Exa., que especifica os limites de exposição humana às emissões eletromagnéticas.

O PL é pouco específico com relação a isso. Estou apresentando uma emenda para tentar o máximo possível ser o mais específico possível na limitação de emissão de ondas eletromagnéticas, que todos sabemos tem um impacto com relação à saúde das pessoas e da

população que vive próxima as antenas.

Mas a pergunta é baseada nessa preocupação com a saúde da população que habita próximo das antenas instaladas: quais os cuidados que vão ser tomados com relação a área da saúde com relação a esse respeito?

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Sr. Presidente, salvo engano, tenho impressão de que esse tipo de regulação, posso estar enganado, mas me parece que diz respeito a uma regulação de Legislação Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Isso.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Não municipal. Acho que aí precisava um pouco a gente verificar o que a regulamentação da Lei Federal estabeleceu em relação aos artigos que dizem respeito, eventualmente, a saúde das pessoas próximas as antenas de radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – É que o PL, Secretário, não é específico com relação a isso. Por isso que a emenda que eu estou propondo vincula essas restrições todas à legislação federal. E, aí, a minha pergunta é se o senhor tem, se há alguma medida prevista. Enfim, se há algum olhar diferenciado da pasta da Saúde com relação a essa preocupação, especialmente com a saúde da população que vive no entorno dessas antenas.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Nós teríamos de, evidentemente, acompanhar a legislação federal e o que estabelece a legislação federal, até porque nós sabemos que as áreas, as regiões de prestação e serviço das empresas, em alguns casos, são mais amplas, inclusive, do que não só a Cidade, mas, às vezes, maior que o próprio Estado. Então, portanto, teria de realmente haver aí um posicionamento, na minha forma de ver, pode ser que eu esteja enganado, mas teria de haver um posicionamento, eventualmente em relação a isso, do Ministério da Saúde, da Anatel, da agência reguladora. Enfim, imagino dessa forma. Mas, seguramente, a legislação federal estabelece alguns condicionantes de preservação de qualidade de vida desses equipamentos. Não seria uma responsabilidade, a princípio, do Município. O Município teria de, obviamente, se adequar aquilo que estabelece a

regulamentação da lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – É isso. A nossa preocupação é exatamente essa, porque a legislação federal regulamenta, mas o Município executa. E como não havia uma especificidade na lei, o que nós fizemos foi exatamente trazer isso através de uma emenda, que eu creio que possa deixar isso muito mais claro.

Eu vou até ler o texto da emenda para o senhor e para aqueles que nos acompanham neste momento.

“Art. 20. O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido pela Lei Federal nº 11.394, de 05 de maio de 2009, que dispõe sobre os limites de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos”. Como isso não havia sido especificado, o que nós estamos propondo é que haja uma especificação.

Mas, enfim, eu passo a palavra aos outros Vereadores. (Pausa) Algum Vereador deseja fazer algum questionamento ao Secretário Edson Aparecido? Se não, eu vou liberar o Secretário.

O SR. FARIA DE SÁ – Só queria cumprimentar o Secretário Edson Aparecido pelo trabalho magnífico que tem feito sobre a questão da vacina, e lembrar que essa questão de conectividade vai melhorar a nossa possibilidade de termos o prontuário eletrônico em todas as regiões da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Algum outro Vereador quer se manifestar?

A SRA. SANDRA TADEU – Uma pergunta que eu não posso calar. Secretário, quando é que a cidade de São Paulo vai estar toda vacinada?

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Nós já temos hoje 56% da população elegível, acima de 18 anos, vacinada; 5 milhões 480 mil pessoas já tomaram, por enquanto, uma dose da vacina. Nós acreditamos que até 15 de setembro toda essa população

tenha tomado, pelo menos, uma dose da vacina, e até o final de dezembro, alcançarmos a segunda dose para toda a população.

A SRA. SANDRA TADEU – Muito obrigada e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Algum outro Vereador deseja se manifestar?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Só parabenizar mesmo o Secretário Edson Aparecido pelo excelente trabalho e dizer o quão fundamental é estarmos discutindo este projeto hoje, aqui, na CCJ. Isso porque nós vimos números, bons números, Secretário, que vão nos convencer dessa situação. O próprio Presidente colocou da necessidade de se fazer um estudo. Claro que sim, que já há uma legislação federal, basta adaptarmos essa legislação federal para não trazermos mais dificuldade onde estamos buscando uma melhora para a população.

Obrigado.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Pela ordem, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Primeiro, eu queria cumprimentar o Secretário Edson Aparecido pelas iniciativas e pelo diálogo que esta pasta sempre teve com todos os Vereadores.

Mas a minha fala nem é específica ao Secretário Edson. Ela é para todos os Secretários que queiram falar sobre o assunto, porque uma questão mais técnica nem seria para o Secretário Edson Aparecido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Vereador Toninho, eu vou pedir, então, um favor para V.Exa. Como o Secretário Edson Aparecido nos havia solicitado antecipadamente para poder falar primeiro em virtude da reunião que participava com assunto relacionado às vacinas, se V.Exa. considerar que o tema não tem diretamente a ver com o Secretário Edson Aparecido, eu vou liberá-lo e, aí, nós damos sequência ao nosso diálogo.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Ok, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Ok. Obrigado pela compreensão, Vereador.

Secretário Edson Aparecido, quero apenas agradecer a participação do senhor. Muito obrigado. Os cumprimentos já foram dados com relação ao seu trabalho. Conte com a Câmara e com os Vereadores aqui no apoio à V.Exa.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Obrigado, Presidente Carlos Bezerra. Estamos, aqui, à disposição para prestar os esclarecimentos necessários à Câmara e agradecer, mais uma vez, o apoio irrestrito que a Câmara tem dado à Saúde no Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Secretário. Dando sequência, Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Presidente, até por conta do que o Secretário Edson Aparecido falou, dessa dificuldade de várias UBSs em regiões da periferia, não têm acesso à possibilidade de usar a internet porque o sinal não existe.

Também vi uma entrevista do Presidente da Casa, Vereador Milton Leite, falando sobre a necessidade de levar o sinal para as periferias. E aí quero dialogar em cima do projeto que fala em uma divisão de uma área prioritária, se houver uma antena em uma zona prioritária vai ter uma na não prioritária. Mas fico preocupado com essa divisão, porque às vezes podemos passar para a sociedade que com esse projeto vamos conseguir que não exista mais apagão de sinal nas periferias, mas no fim não é isso que o projeto vai falar, porque vamos ter áreas não prioritárias bem maiores que as áreas prioritárias. Então se for instalar nas áreas prioritárias, não sei a porcentagem das áreas não prioritárias que vou ter. Outra parte vai ficar descoberta.

Outra coisa que também essa divisão me causa estranheza é porque posso colocar, por exemplo, alguma região como área prioritária porque a grande maioria daquele bairro, aquela região, é de classe média, classe média alta, mas temos bolsões de pobreza.

Então se for pegar o Morumbi, vou colocar uma no Morumbi e uma no Grajaú, área prioritária e não prioritária, mas temos, por exemplo, as favelas no Morumbi, então essas podem nem ser contempladas, mesmo sendo área prioritária posso colocar só na área nobre do Morumbi.

Então acho que essa divisão estabelecida pelo projeto não vai dar conta de acabar com o apagão na periferia. Achamos que deveria ter uma divisão censitária levando em conta a desigualdade dos sinais. O nosso Partido fez outra divisão que seria por 300 habitantes e aí estaríamos contemplando as pessoas que não teriam esses sinais. Essa é uma preocupação.

A última preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Vereador Toninho Vespoli, dirigimos a quem os seus questionamentos?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Não sei se o Secretário de SMUL poderia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – O Secretário Cesar?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Ou qualquer Secretário que possa responder essa dúvida. Para mim está em aberto para o Secretário que puder responder isso.

A SRA. SANDRA TADEU – Sr. Presidente, o senhor não disse que todos iam fazer o questionamento, depois os Secretários responderiam?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Isso. Por isso vai precisar ser dirigido, senão não sabemos a quem dirigir o questionamento.

A SRA. SANDRA TADEU – Acho que muitas coisas o pessoal das empresas é que vai poder nos responder tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Tudo bem, é só dirigir a eles, não há nenhum problema.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – E a última coisa, Presidente, empresas que têm dívida com a Prefeitura teriam de, no mínimo, pagar suas dívidas primeiro para poder participar de qualquer processo de licitação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Concordo.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Não é justo estarem devendo para a Prefeitura, sendo que a maioria não tem problema de caixa e ainda vêm participar de processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Concordo. Quem poderia nos ajudar com relação à lista dessas dívidas, talvez fosse a Procuradora Geral do Município, Dra. Marina.

Então, os dois primeiros questionamentos do Vereador Toninho Vespoli ficam ao Secretário Cesar Azevedo. E com relação às dívidas das empresas, quem poderia nos trazer esclarecimento é a Procuradora Geral, Dra. Marina.

Secretário Cesar, tem V.Exa. a palavra.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Boa tarde, Presidente, Vereadoras, Vereadores, mais uma vez é um prazer estar aqui com vocês, é sempre um privilégio.

Vereador Toninho, deixa ver se entendi os questionamentos. O primeiro deles é como desenhar o mapa de sombra da Cidade, é isso?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – É como desenhar realmente que se consiga levar o sinal para toda a periferia, porque acho que do jeito que está...

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Qual era o outro questionamento, Vereador?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – O outro questionamento é a questão de dívidas de empresas e poderem participar.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Sobre o mapa de sombra, Vereador, o que ficou pactuado com os Vereadores na última reunião da plenária com todos os Vereadores, conversamos, e estavam presentes o Secretário de Saúde e o Secretário de Educação, que nós iríamos desenhar o mapa de sombra da Cidade. Ou seja, as regiões prioritárias com base nas informações advindas da Secretaria de Saúde e de Educação, sobretudo, na periferia onde há regiões com mais vulnerabilidade, necessita de maior atenção do Poder Público.

Então a criação, o desenho, desse mapa que sobra é justamente como o Vereador colocou, é da periferia; e, com base nas informações da Secretaria da Saúde e Educação.

Sobre as mutas, eu não posso entrar no mérito de cobrança, mas o que eu posso garantir para o Vereador é que, no momento do licenciamento, os pedidos para os cadastros das antenas deverão ser acompanhados das certidões negativas das empresas de qualquer débito com o Município.

Uma coisa é as empresas possuírem débito e estarem no processo de parcelamento ou em discussão judicial; outra coisa é elas serem inadimplentes com a Prefeitura e não possuir essa certidão. Então no momento que foi pedida a instalação das antenas, será acompanhado de uma certidão, negando de débitos com o Município.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Obrigado, Secretário. Dra. Marina, o Vereador Toninho Vespoli questiona sobre as empresas devedoras para com o Município, e acho que V.Exa. poderia nos esclarecer. Há alguma lista dessas empresas na Procuradoria?

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui hoje. A minha assessoria me conta que a Câmara dirigiu um ofício para o Município justamente indagando de uma lista, qual seria o valor dessas dívidas; mas a gente ainda não tem essa lista já consolidada porque realmente tem que compilar uma série de informações.

E, como o Secretário Cesar disse, cada caso vai ser um caso.: pode haver aqueles casos em que pode haver uma dívida eventualmente; pode haver os casos de parcelamento, pode haver caso em que haja uma garantia por um embargo; as chamadas certidões positivas com efeito de negativa. São coisas que terão que ser analisadas no caso concreto.

A princípio, é assim que funciona para qualquer tipo de participação na Prefeitura; não poderia ser diferente só pelo seguimento das telecomunicações. Então tem que ser a mesma regra disciplinada para todas as empresas que tratam com a Prefeitura em muitos outros assuntos, não só nesse.

Não sei se foi o suficiente para responder, e estou à disposição para qualquer outro

esclarecimento.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Está esclarecido para mim, Sr. Presidente. É claro que eu acho que tem que fazer essas empresas seguirem a lei, pois há possibilidades de elas parcelarem ou fazerem qualquer outra coisa. É isso que a gente tenta que aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Também seria importante, Sra. Marina, o encaminhamento a esta Comissão, a CCJ, da lista das empresas devedoras citadas, também do montante, porque foi feita uma CPI nesta Casa, alguns anos atrás, que fez esse levantamento; houve um encaminhamento ao Município, portanto, seria muito importante saber em que pé essas informações estão hoje, até antes da votação para que houvesse uma análise mais aprofundada dos Vereadores.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Perfeitamente. O que me contam é que a gente recebeu um ofício nesse sentido, por esses dias. Constam que também estaríamos no prazo para resposta e havia um pessoal que estava terminando essa compilação

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Muito obrigado. Há algum prazo para a entrega dessas informações para Câmara?

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – O que eles me disseram é que não houve fixação de um prazo peremptório, de algum prazo muito definido; mas a gente acredita que mais uns 10 dias seriam suficientes para concluir essa listagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – É que, na verdade, nós temos um desafio importante, porque o tema está na pauta dessa semana e deve ser votado. Então, essa informação é crucial para análise dos Vereadores, inclusive para análise de alguma possível mudança, de alguma emenda. Por isso, a gente precisa de exatidão nessa informação, Sra. Marina.

Eu queria reiterar o pedido de celeridade para que, se possível, fosse entregue ainda esta semana à Comissão de Constituição e Justiça, da Casa; também aos outros

Vereadores que fizeram a solicitação.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Perfeitamente. Eu vou ver em qual pé está e vou pedir ao pessoal fazer o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado pela atenção. Algum Vereador deseja fazer algum questionamento?

A SRA. SANDRA TADEU – Vou fazer alguns questionamentos e, ao decorrer, quem puder, vai respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Se puder dirigir, Vereadora Sandra, especificamente, a quem poderia responder, isso facilitaria muito na dinâmica.

A SRA. SANDRA TADEU – Olha, algumas eu acho que é para a Dra. Marina.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Ótimo.

A SRA. SANDRA TADEU – Outras eu acho que devem ser para o pessoal que é ligado às empresas.

Para a Dra. Marina: com relação às multas, Sra. Secretária, qual a lei que fundamenta essas penalidades? E nós precisamos... (Falha na transmissão...) ...saber por que cada um que vai fazer um discurso fala de uma tal de uma dívida, de outra dívida, e, na verdade, a nossa lei, que era de antenas do Município, caiu por inconstitucionalidade. Esta é uma pergunta.

E agora vou perguntar para as empresas.

Eu quero saber qual o prazo para que toda a cidade, principalmente a periferia, tenha cobertura total da internet? Quantas antenas precisam ser instaladas em toda a cidade de São Paulo para termos uma cobertura adequada?

Atualmente, temos antenas instaladas na cidade que nos dão uma cobertura parcial.

Aí eu pergunto: pelas explicações que eu escuto, com as pessoas aí discursando, nós vamos ter as ERBs, mini ERBs, ERBs Móveis. E aí vem a famosa torre com um grande gerador barulhento. E como a população vai ficar com esse barulho e essa antena enorme?

Quando eu fiz, em 2013, a primeira audiência pública, não se falavam nessas antenas grandes. Diziam que era uma novidade essas anteninhas pequenas que colocaríamos no poste, colocaríamos nos prédios públicos, hospitais, e que não precisaríamos mais disso. E agora eu escuto que temos que obedecer ao Código de Obras. E vai esses geradores vão fazer um barulho imenso esses geradores. Então esta é uma outra pergunta.

Outra coisa que se fala não projeto, no artigo 25, é a palavra *concomitante*.

Então a previsão legal de colocar uma antena no Centro e outra na periferia é realmente eficaz para o atendimento integral da população? Essa é a estratégia técnica mais adequada?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Vereadora Sandra.

Eu vou passar então à Dra. Marina, e, a seguir, aos representantes das empresas, ao pessoal da Abrintel e ao pessoal da Conexis.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Bom, respondendo à Vereadora Sandra Tadeu.

Se eu entendi direito, a senhora queria saber qual é o fundamento legal para aplicação das multas ou para exigibilidade das multas.

Essas multas foram dadas na vigência da Lei 13.756, de 2004, que ficou em vigor durante 17 anos. Disciplinou essa relação com as estações radio base aqui no Município durante todo esse período. E durante todo esse período, ela eventualmente serviu de base para a aplicação das multas, das penalidades.

Agora, muito recentemente, houve esse julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em que se considerou a lei seria inconstitucional. Acho que é de conhecimento da senhora que nós interpusemos várias medidas, vários recursos, para tentar esclarecer bem qual era a medida dessa inconstitucionalidade. E agora, recentemente, tivemos uma tentativa de modulação. Entramos com embargos de declaração para tentar a modulação do julgado.

Ainda não fomos intimados do resultado desses embargos de declaração, mas já

verificamos no *site* do Supremo Tribunal Federal que prevaleceu a posição pela não modulação.

Então, com isso, nós vamos ter que analisar também os casos que se manifestarem diante de nós. Por exemplo, deve ter muitos desses casos, muitas dessas multas, que já foram pagos, que já passou o período de prescrição, não houve pedido em nenhum outro sentido.

Como é uma decisão muito recente, nós ainda vamos ter que avaliar como que ela vai impactar na legislação que foi feita durante todos esses anos. E mesmo nos parece que nós vamos precisar cotejar as recentes decisões do Supremo com os pedidos que foram feitos na ação direta de inconstitucionalidade e as decisões que temos até então e as fiscalizações que foram feitas.

Mas, acredito, de antemão, que não vamos poder fazer uma regra geral, de cara, para dizer “tudo está perdido”. A gente vai ter de verificar muito como se viu a aplicação dessas penalidades, como se deu essa disciplina dentro da cidade.

Então, a resposta mais concisa seria no sentido de que a gente vai ter de avaliar ainda, dada a novidade do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, como encaminhar isso internamente e de acordo com cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Passo, então, a palavra, neste momento, ao Sr. Luciano Stutz, para fazer os comentários relativos aos questionamentos da Vereadora Sandra Tadeu e, a seguir, ao Sr. Alexandre Amorim.

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereadora Sandra Tadeu. Boa tarde, Vereadores, secretários presentes.

Vou tentar pegar, Vereadora, os dois questionamentos que a senhora trouxe, que são de competência da Abrintel. A Abrintel é a associação das empresas que constroem e levantam a infraestrutura de suporte: a torre que a senhora falou, o poste onde vão penduradas as antenas, que são os elementos menores e radiantes no topo dessas estruturas.

Falando um pouco do número de antenas necessário, é importante que a gente

faça um panorama. Existem vários tipos de cobertura a serem colocados em vários tipos de locais diferentes. Predominantemente, para fazer essa cobertura primária da periferia serão necessárias sim as grandes estruturas: as torres e os postes mais altos, porque ainda é um sinal de 4G ou de uma tecnologia ainda não 5G, que vai ter de chegar a comprimir a cobertura a essa população desassistida.

Então, a boa novidade é que torre é isso o que a senhora vê atrás de mim nessa imagem, que é a estrutura metálica de pé. As antenas estão em cima. O tamanho das antenas reduziu e os equipamentos periféricos que dão suporte a essas antenas também reduziram.

Então, por exemplo, hoje você já tem equipamentos eletrônicos que resistem a 70°C. Então, você tem, por exemplo, uma necessidade menor dos condicionadores de ar, da ventilação forçada, que podiam trazer algum ruído.

Os geradores também estão praticamente abolidos. Hoje você tem as estações mais modernas da energia solar, que começaram a ser implantadas no Brasil há pouco tempo e há outras também, que são as baterias, que são extremamente silenciosas. Então, a aplicação de geradores ou de condicionadores de ar ou de ventilação mecânica não são a regra para qualquer equipamento.

Um segundo ponto, então, da cobertura de adensamento que nós falamos, onde já existe uma cobertura ou nos casos de 5G, essas se farão com as mini ERBs que a senhora citou,

As mini ERBs são antenas que terão volume de até 30 litros, mais ou menos de acordo com a legislação federal, e serão colocadas nas fachadas de prédio, nos postes de iluminação pública. Já tem casos utilizados e licenciados em São Paulo. Mas, esses são predominantemente instalados exatamente nas áreas mais urbanas, no centro urbano e de índices demográficos mais intensos.

Então, há esses dois tipos de equipamentos que vão ser colocados em um lugar ou outro. Estimamos que para fazer a cobertura, de acordo com o estudo da Abrintel, que fizemos há pouco tempo, em alguns meses atrás, para a cidade de São Paulo deve haver a

necessidade de dobrar a quantidade de infraestrutura de suporte existente.

Hoje, em torno de cinco mil infraestruturas existentes, entre torres, postes, mastros, isso deve chegar a dez mil para fazer a cobertura da periferia, como essa cobertura primária e mais alguns pontos de adensamento.

Agora, para o 5G, as mini ERBs, o local que se escolher para cobrir o 5G vai ter de ter aproximadamente cinco vezes mais antenas do que tem hoje no 4G. Lembrando: antenas não são as estruturas, as torres. Antenas são aqueles equipamentos pouco maiores que caixa de sapato e que poderão estar aplicadas nas bancas de jornal, nos postes de iluminação pública que já existem, nas fachadas do prédio e nos topos do prédio.

Uma segunda resposta que tem para a senhora, quando a senhora falou em 2013 daquela discussão que teve lá atrás, o que é importante dizer? Naquela época se falava muito, ainda era uma tecnologia que à época era nova, que era dos *rooftops*. A colocação dos equipamentos realmente menores em topos de prédios, que aproveita a altura e você não precisa colocar, então, no chão uma antena de 50 metros, se aproveita a altura já do prédio.

Essa tecnologia foi sim colocada entre 2013 até hoje, mas pela natureza, que já expliquei, ela se propõe muito mais para centros urbanos. Então, hoje você olha nos topos do prédio, os topos do prédio com posteletes de até três, quatro, cinco metros. Eles são bem menores, suportam antenas e são aquela tecnologia que se falou lá em 2013, ainda.

Agora que está se falando - ainda inclui torre, ainda inclui *rooftop* -, mas agora para o 5G está se incluindo muito mais pequenos mastros nas fachadas de prédio, fixação em viadutos, em postes já existentes etc., que vão minimizar muito mais o tamanho das estruturas presentes pela cidade, tá bom? Espero ter me feito explicar esses dois pontos que foram trazidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Excelente. Muito obrigado.

Passo, a palavra, então, ao Sr. Alexandre Amorim, se é que há algum comentário a mais que deve ser feito, enfim. O senhor fique absolutamente à vontade.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM – Boa tarde. Em nome do

Secretário de Inovação e Tecnologia, Juan Quirós, cumprimento o Vereador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, os demais vereadores e vereadoras, e estendo os cumprimentos ao Secretário César, às secretárias e secretários presentes e aos demais colegas da Prefeitura.

Dentro da Secretaria de Inovação, da SMIT, nós entendemos que a visão do então Prefeito Bruno Covas, sob a condução agora do Prefeito Ricardo Nunes, pode-se tornar São Paulo a primeira cidade com acesso à internet considerado como direito fundamental, bem como educação e saúde, então a tecnologia e a inovação para melhorar a vida das pessoas. Isso é importante contextualizar.

A proposta da Lei das Antenas é a prova de que tanto o Executivo quanto o Legislativo podem se unir e articular com os meios necessários para proporcionar para a cidade de São Paulo um acesso democrático à inclusão digital. Esse debate é muito válido e importante neste momento.

Dentro da SMIT, o que entendemos como nosso interesse é o Art. 25, com a definição das áreas prioritárias, como já sinalizou o Sr. Vereador, essas áreas prioritárias para instalações concomitantes dos equipamentos de forma a permitir a ampliação do nosso programa de internet pública, o Wi-Fi Livre São Paulo.

O objetivo da gestão é usar essa tecnologia e essa rede de telecomunicações, a partir da regulamentação estabelecida no projeto de lei e na futura lei, para garantir que a tecnologia consiga levar o acesso para a periferia, para as pessoas que mais necessitam. Como o colega representante das empresas abordou, é um plano de expansão que, dentro da nova realidade que o mundo digital está vivendo, permitirá a transformação digital com os serviços que a Prefeitura possa oferecer para a municipalidade. Para nós, ampliar a conexão de acesso à rede terá um ambiente mais favorável com a regulação da Lei de Antenas.

Hoje podemos destacar que tem mais de 500 serviços da Prefeitura por meio digital. Isso significa, então, uma ampliação das possibilidades e oportunidades para a nossa rede de serviços. Essa infraestrutura pode ser modernizada e mais robusta, ampliando as

nossas condições de oferecer esses serviços. Esse é um objetivo proposto pelo Sr. Prefeito e muito importante para nós executarmos. A inclusão digital e a simplificação dos acessos aos serviços são uma determinação do Prefeito e do nosso Secretário.

Fico às ordens para explanar e esclarecer eventuais dúvidas que as Sras. e os Srs. Vereadores possam ter. Agradeço a oportunidade de participar neste espaço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado, Secretário Alexandre.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente.

A SRA. SANDRA TADEU – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – A Vereadora Sandra fez uma pergunta muito importante e eu gostaria que os dois técnicos falassem, tanto o Luciano como o Alexandre, essa questão de áreas não prioritárias e de áreas prioritárias, um por um, se isso dá conta de levar o acesso digital às periferias. Pelo que eu estava estudando, não, porque tem áreas prioritárias bem menores do que áreas não prioritárias. Para fazer um por um, é porque algum pedaço vai ficar descoberto. É isso que eu penso. Queria escutar os dois sobre isso.

A SRA. SANDRA TADEU – E eu também gostaria de saber o prazo, que eles não me responderam. Em quanto tempo, depois de nós aprovarmos a lei, teremos toda a cobertura de internet na Cidade?

Outra coisa que eu esqueci de perguntar: como vão funcionar essas empresas? Cada uma vai ter de ter a sua antena? Como vai funcionar esse sistema?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Para dinamizar um pouco mais, vou passar a palavra ao Sr. Ricardo Dieckmann, que representa a Conexis nesta audiência pública, para que ele faça seu comentário sobre as perguntas da Vereadora Sandra Tadeu e do Vereador Toninho Vespoli, e um réplica ao Sr. Luciano Stutz.

Vou pedir, para a dinamização dos trabalhos, no máximo três minutos para a manifestação de cada um.

O SR. RICARDO DIECKMANN – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os demais membros.

Com relação às questões colocadas pela Vereadora, as empresas têm obrigação de cobrir 80% de toda a área urbana do Município, indistintamente, então em toda a região urbana da cidade de São Paulo há o interesse e há a obrigação de cobrir.

Nas áreas mais periféricas, mais afastadas, nos últimos cinco anos, apesar da grande quantidade de pedidos, nós não conseguimos essa liberação. Por isso é importante essa lei que estamos discutindo agora para que se consiga essa liberação.

Aí, Vereador, com relação a quando, nós vemos que o crescimento da demanda ocorre todo dia. Então nunca vai parar de ter necessidade de aumento, ele vai acontecer a todo momento. Como há cinco anos não temos liberação de pedidos de licenciamento em São Paulo, é importante o quanto antes se aprove essa lei e que passe a ter a liberação junto à Prefeitura.

Com relação à questão se cada empresa vai instalar a sua antena, já é evidente que toda vez que há busca por determina região as empresas, automaticamente, buscam fazer o que chamamos de compartilhamento, porque é interessante, mais rápido e facilita, já é um processo natural. Inclusive, é o negócio da Abrintel.

Toda vez que uma empresa vai fazer uma instalação em qualquer região da Cidade que demande torre e ainda há a necessidade onde não há um prédio, uma edificação onde se possa colocar antena, a primeira providência é verificar se já existe uma torre naquela região onde ela possa compartilhar, a implantação é mais rápida e evita de se colocar uma segunda torre.

A SRA. SANDRA TADEU – E a questão da palavra que o Vereador Professor Toninho Vespoli disse, eu também, que não vai ser igual uma antena na região urbana para uma região da periferia. Como irá funcionar isso? Isso vem na fala da palavra “concomitante” do artigo 25 desse projeto que estaremos votando esta semana, se não me falha a memória.

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA - Vereadora Sandra, me permita tentar elucidar essa questão, por favor. É o Luciano falando.

O que acontece hoje? Essa preocupação se vai dar para atender todos, porque tem

um pedido no prioritário, ou não prioritário, eu acho que é muito bem esclarecido com um dado objetivo e claro que temos aí.

Só dos associados da Abrintel, na Prefeitura há, aproximadamente, 307 pedidos de implantação ou de regularização de infraestruturas nessas zonas que provavelmente serão as prioritárias apontadas pelo Poder Municipal.

Eu estou falando aqui só em números realmente, olhem: Campo Limpo, 43 estruturas; Capela do Socorro, 33; Pirituba-Jaraguá, 26; Itaquera, 24; Vila Maria-Vila Guilherme, 20. Várias subprefeituras de São Paulo já têm pedidos feitos para novas infraestruturas.

Só a aprovação da nova lei com a liberação de restrições como, por exemplo, exigir que só podia ser colocada estrutura em terreno de 10 metros de frente para a rua, só essa retirada já libera um monte desses protocolos. É com isso que nós pensamos que será atendido até antes. Mesmo aquelas zonas que sejam dadas como prioritárias, pela Prefeitura, ao final, provavelmente, já deve ter pedido de implantação lá.

Porque o que atrai o serviço é o consumidor que está lá, todas essas áreas já são bem povoadas, já estão bem instaladas, o que existia, realmente, de restrição era a colocação das regras urbanísticas, muitas delas injustificadas, mas que estavam presentes na lei de 2004 para deixar claro.

Outro dado para tentar responder outra questão, é sobre compartilhamento. Sim, o nosso negócio é sempre fazer a torre de maneira que várias operadoras possam utilizá-las, não fazer uma torre para cada operadora.

Esse negócio mudou do que era no passado, quando assim que surgiu o serviço de celular sim você via cada empresa construindo a sua torre, até que a legislação federal trouxe a obrigação de compartilhamento. Então é uma obrigação da legislação federal fazer tudo de maneira compartilhada.

Pouquíssimos casos hoje, que são aquelas torres já existentes há muito tempo, onde haverá uma torre de apenas uma operadora. Tanto que São Paulo tem,

aproximadamente cinco mil infraestruturas, mas há mais de oito mil estações, razão pela qual várias delas compartilham as mesmas infraestruturas.

Era o que eu queria dizer. Não sei se fui suficientemente claro para responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Eu gostaria apenas de acrescentar, ao debate que estamos fazendo, uma preocupação pessoal que tenho com relação às áreas prioritárias. Trata-se da execução de fato da construção e da multiplicação das antenas de transmissão para os celulares, nas áreas periféricas e de maior necessidade, que são as áreas descobertas hoje.

E o texto original da lei diz o seguinte: “Artigo 25 – A Prefeitura como forma de estimular a universalização de cobertura e garantir o acesso da população aos serviços de telecomunicação, poderá estabelecer, por decreto, áreas prioritárias para a instalação de ERB, ERB-Móvel e Mini ERB.”

Eu penso que se faz necessária, por isso uma menor generalização, uma maior especificação, por causa disso, com a necessidade de maior delimitação, eu apresentei o seguinte texto de emenda parlamentar, para o qual peço apoio dos Vereadores. Gostaria que os representantes das empresas comentassem e que o representante do Secretário de Inovação e Tecnologia também comentasse. Acrescenta o seguinte:

“Pelo presente, na forma do Regimento desta Casa, requiro que seja acrescentado ao artigo 25 do Projeto de Lei 347, de 2021, o parágrafo com a redação abaixo, renumerando-se os demais dispositivos (...)”

Fica assim, então, o artigo 25, inciso I:

“Deverão ser consideradas áreas prioritárias para a instalação descrita no *caput* as regiões de maior vulnerabilidade social, com base no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.”

Ou seja, o próprio projeto de lei que nós votaremos já especifica, com critérios muito claros, no próprio texto de lei aprovado, que as áreas de maior vulnerabilidade, segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, que não é qualquer índice, sejam, de fato,

prioritárias. Como disse, frisando: isso é firmado no texto.

Eu gostaria de ouvir a opinião do representante da Secretaria de Inovação e Tecnologia quanto ao apoio com relação a essa emenda, bem como a do representante das empresas.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM – Sr. Presidente, referente à sugestão de redação, ela permite um critério mais objetivo, atendendo aos anseios daquilo que vem a ser levarmos condições de acesso e inclusão digital – hoje, também, uma inclusão social – para as pessoas de mais necessidade. Então, a proposta que o senhor traz, que é a questão de vulnerabilidade e de área prioritária, é bem pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Sr. Luciano Stutz?

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA – Sr. Presidente, o que tenho a trazer, como comentário, é o seguinte: nesta indústria, as empresas representadas pela Abrintel, na verdade, constroem as torres e sempre é pedido do que as operadoras demandam. Então, a ter um comentário sobre qual é a área prioritária, ele será encaminhado às operadoras, que nos pedirão para fazer a construção – e nós estaremos prontos a investir e fazer a construção onde for a solicitação da operadora. Nós não construímos torres vazias, esperando que as operadoras vão. Sempre construímos a pedido das operadoras. Então, eu não tenho, realmente, muito comentário a fazer sobre isso.

Apenas como premissa, para ser coerente com o discurso, sim, nós defendemos que o que acontece hoje, pela restrição da lei atual, é que essas áreas estão descobertas por quê? Como um caso prático, que vou lhe citar, há alguns protocolos que desde 2012 aguardam a aprovação para novas construções nessas áreas. Então, o que acontece é: ao se liberar, com a lei passando e sendo aprovado o texto do PL 347, entendemos que essas restrições caem e as operadoras vão poder solicitar nas áreas prioritárias indicadas por V.Sas. a construção das torres pelas empresas da Abrintel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Entretanto, V.Exa. há de concordar comigo que um critério de maior especificidade ajuda ainda mais para que a garantia desse

direito, que tantas vezes foi citado aqui, o direito da inclusão digital, seja, de fato, efetivada.

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Sr. Ricardo Dieckmann?

O SR. FARIA SÁ – Sr. Presidente, estou inscrito para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Pela ordem, terá a palavra o Vereador Faria de Sá. Antes, haverá apenas um comentário breve do Sr. Ricardo Dieckmann.

O SR. RICARDO DIECKMANN – Está bom. Sr. Presidente, como falei anteriormente, já há uma quantidade muito grande de pedidos colocados nessas regiões, aí, tidas como prioritárias. Por que é que elas são prioritárias? Porque nós não estamos conseguindo fazer a instalação desde 2015. Há uma quantidade grande de pedidos colocados: 1.200 – muitos deles, nessas regiões. A lei anterior não permite, em razão de distância de rua, de terreno com irregularidade. As empresas não encontram naquela região terrenos para poder fazer a instalação. Então, os pedidos já estão aí e a quantidade necessária é muito maior, porque, como não estava havendo licenciamento desde 2015, as empresas, inclusive, pararam de colocar novos pedidos ali.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. RICARDO DIECKMANN – Desculpe, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Não, foi o microfone que abriu sem querer.

O SR. RICARDO DIECKMANN – Ah, desculpe. Achei que alguém tinha feito uma pergunta.

Então, inclusive, a quantidade de pedidos é muito maior, porque as empresas pararam de colocar, porque, simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Ou seja, a criação de um critério específico no texto de lei, baseado em um índice, por exemplo, para se priorizarem as áreas periféricas onde se tem, hoje, a menor inclusão digital, na opinião do senhor, também é um avanço?

O SR. RICARDO DIECKMANN – Presidente, quando se vai instalar uma antena, busca-se uma região onde não há sinal. É a primeira coisa. Você não tem sinal, ali. Você precisa cobrir aquela região com a qualidade e a abrangência que é necessária para a qualidade do serviço. Se essa proposta que está sendo feita estiver alinhada com essa colocação, sem dúvida, ajuda, mas, de novo: já há toda uma atenção do setor para essas regiões e o que se precisa é que se retirem aquelas restrições que havia anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - Isso está posto no projeto de lei. O que não está posto é a objetividade com relação aos pontos periféricos como prioridade.

Obrigado, Sr. Ricardo Dieckmann.

Tem a palavra o nobre Vereador Faria de Sá.

O SR. RICARDO DIECKMANN – Fico à disposição.

O SR. FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, gostaria de fazer uma pergunta à Dra. Marina. Quem foram os autores dessa ação de inconstitucionalidade?

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Essa ação foi ajuizada pela Telcomp, que é uma associação que reúne empresas de telefonia competitiva – acho que essa é a expressão. Apenas para esclarecer, o nome todo é Telcomp Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas.

O SR. FARIA DE SÁ – Alguém da entidade pode responder isso para nós?

O SR. RICARDO DIECKMANN – Exatamente como falou a Procuradora.

O SR. FARIA DE SÁ – Vocês é que provocaram inconstitucionalidade da lei? É isso?

O SR. RICARDO DIECKMANN – Não, é a Telcomp. É outra entidade.

O SR. FARIA DE SÁ – Mas a entidade é ligada à área de vocês?

O SR. RICARDO DIECKMANN – É uma entidade que representa empresas competitivas. Nós representamos as empresas de telecomunicações.

O SR. FARIA DE SÁ - Gostaria de perguntar para o Alexandre, da área de Inovação, nós temos discutido muito acesso, antena, mas hoje, por exemplo, temos o

Descomplique que não está atendendo ninguém. O Poupatempo voltou, o Descomplique ainda não voltou. O munícipe vai até a portaria da Prefeitura, não tem atendimento nenhum, acessa o *site*, vem a informação. Se o Poupatempo já está trabalhando, por que o Descomplica não está? Essa era a pergunta para o Alexandre.

O SR. ALEXANDRE GONCALVES DE AMORIM - Nobre Vereador Arnaldo Faria de Sá, vou levantar a informação, em dois minutos retorno a V.Exa. Não tenho essa informação de pronto para passar.

O SR. FARIA DE SÁ – Três minutos, dois é pouco. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Perfeito. Algum Vereador deseja fazer outro questionamento? (Pausa)

Indago à representante da Secretaria de Educação, Minéa Fratelli, se gostaria de fazer alguma manifestação ou se sente contemplada?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Boa tarde a todos. Sinto-me muito contemplada. Todos sabem da importância dessa ação para os educadores. Esse mapa que foi construído nos mostra que 204 mil estudantes estão nessas áreas onde há um mau sinal de internet. A nossa política, pós-pandemia de ensino híbrido, a cobertura por toda cidade será fundamental. Então é de extrema importância para nós esse PL.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Obrigado.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem, Sr. Presidente, só um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Claro, tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU - Quem é o representante da Educação?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) - É Secretária Adjunta, Minéa Fratelli.

A SRA. SANDRA TADEU - Talvez a senhora não estivesse na época, mas gostaria de saber como é que pode comprar um número exorbitante de *tablets* e fazer um contrato de

chips que vence em agosto, sabendo que não havia a disponibilidade, principalmente da periferia, em poder usar isso?

É a única pergunta. Eu fico pensando numa coisa dessas, como é que pode?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Nobre Vereadora, a nossa ação em relação a isso é: não podemos deixar de contemplar mais de 500 mil estudantes com uma coisa tão importante como essa, que é a compra de *tablet*, porque a cidade ainda não tem essa cobertura total.

O *tablet* não será usado exclusivamente em casa, ele pode ser usado na escola também, e na escola temos o *wi-fi*, mas o intuito é que as coisas caminhem concomitante. Tentamos buscar empresas com um sinal melhor em determinadas regiões para que os estudantes pudessem ser assistidos, mas a ação vai acontecendo e vai sendo melhorada aos poucos. O importante é que as crianças agora já podem contar também com esse recurso, além de todos os outros.

É importante frisar que a ação da Secretaria Municipal de Educação não se baseia única e exclusivamente no atendimento por meio do *tablet* com internet, mas por outras ações que possamos assistir toda à população. Isso é um complemento importante para este momento de pandemia e pós-pandemia em que as ações voltadas para o contraturno serão fundamentais para a recuperação da aprendizagem. É um projeto inovador. Nós queremos que ele funcione em 100% dos territórios da Cidade e essa ação por meio desse PL também vem ao encontro dessa necessidade de termos internet de qualidade em todos os lugares.

A SRA. SANDRA TADEU – Mais uma pergunta: quantos *tablets* realmente, de todos que foram comprados e desse contrato dos *chips*, estão sendo realmente usados?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Nós já entregamos mais de 200 mil *tablets* até porque as entregas das empresas são escalonadas, há um calendário para isso e os estudantes que receberam *tablets* já estão utilizando. Nós temos, para além de dados, os relatos da escola que é possível hoje um encontro do professor com a totalidade de seus estudantes, por meio de aulas síncronas, inclusive, porque até então o recebimento do *tablet*

pelo estudante não estava acontecendo, mas eu posso levantar os dados numéricos completos.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Apenas uma pequena intervenção para lembrar V.Exas., pois é meu dever de Presidente lembrar que nós estamos debatendo o projeto que regulamenta a questão das estações de rádio base na cidade. Outros temas como os que estão sendo levantados como a questão dos *iPads* enfim de uma série de outras questões questionamentos, embora pertinentes, não são correlacionados ao assunto em pauta de debate nesse momento. E a preocupação desse Presidente é manter a discussão no tocante ao tema que estamos debatendo. Inclusive para que outros Secretários que aqui estão e que desde o início, como próprio secretário Cesar Azevedo, a Procuradora-Geral Dra. Marina, possam efetivamente participar e contribuir. Os temas mais específicos nós podemos até convocar outra audiência pública para debater temas mais específicos das pastas, mas eu solicito que V.Exas., por favor, se mantenham ao tema principal da convocação dessa audiência.

Tem a palavra Vereador Toninho. Obrigado pela compreensão.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Presidente, eu entendo isso, mas eu só queria deixar registrado que temos muito contato com a rede Municipal de Educação, há *tablets* que foram entregues e não estão funcionando ainda. A própria DRE mandou *e-mail* para as unidades escolares que qualquer uma das unidades escolares poderia formatar o *tablet*. No meu ponto de vista as funções de Secretários são feitas por lei, pela própria Prefeitura e SMEI. Não cabe a eles fazer um negócio desses. Então, se vai ser realmente patrimônio ou não da escola é um outro tema que está dando um monte de problema para gestão escolar. Então, acho que as coisas não são tão simples assim como às vezes é colocado do meu ponto de vista.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Vereador Toninho, vou respeitar o indicado pelo Presidente, creio mesmo que essa não é uma reunião para isso, muitas das

indicações que você fez, nós já estamos acompanhando e resolvendo os problemas. Há toda uma organização com as escolas que foi anunciada, se é patrimônio ou não, já foi esclarecido, mas penso que podemos organizar uma outra reunião para que seja esclarecido melhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Passemos então aos inscritos pelo *chat* desde a última reunião para participação nessa Comissão, nessa audiência pública, os inscritos como munícipes. O primeiro inscrito é o Sr. Ricardo Lovaglio Bezerra, do CDC Jardim Manacá, está aí? Ausente. Segundo inscrito, Vaneize Fernandes Noronha, munícipe.

A SRA. VANEIZE FERNANDES NORONHA – Obrigada. Sabemos da importância de melhorias na tecnologia, mas também da importância de saber como esse projeto será implantado e quais as consequências para a saúde, como bem o Presidente lembrou, e por isso também gostaria de saber, aliás, ter mais clareza, em relação à potência das antenas. Se não seria mais viável que a transmissão fosse por meio físico, por cabos. Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Sra. Vaneize, as suas perguntas se dirigem a quem dos nossos convidados?

O SR. RICARDO DIECKMANN – Eu posso responder, Presidente. Eu já queria aproveitar na sua indagação no começo. Toda vez que uma estação é colocada em qualquer lugar do país ela se sujeita àquela lei que foi citada, a Lei 11.934, que estabelece qual o limite de radiação, que é o mesmo limite de radiação que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Qualquer instalação, antes de ela ser aprovada pela agência – e aí vai a competência federal para disciplinar esse assunto, como foi bem colocado pelo Secretário de Educação -, um engenheiro especializado faz toda a análise de cada uma dessas estações, e hoje temos cerca de 5 mil estações no País. Ele faz uma análise detalhada, esse documento chama-se Relatório de Conformidade. Ele faz uma RT e encaminha isso para o órgão regulador federal. Só depois dessa aprovação que diz, basicamente, que aquela estação que está sendo colocada na planta atende aos requisitos da Lei 11.934 e, portanto, não oferece risco à saúde. Só depois dessa autorização por parte do órgão regulador é que se passa a

etapa de implementação. E, Presidente, e munícipe que perguntou: a cada cinco anos as empresas fazem a revisão de todas as instalações; ou seja, esse estudo é repetido a cada cinco anos para todas as estações que existem no País.

Eu gostaria de falar do histórico. A Anatel tem um site onde constam todos os valores que são lidos em campos do relatório, que podem ser consultados. Basta colocar o seu CEP e verificar. O histórico, Sr. Presidente, é que esses valores estão no máximo a 3% do limite estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, que já é 50 vezes menor do que o limite. Então, em relação a esse assunto, o órgão federal faz todo o acompanhamento. Os limites de instalação, como eu falei, estão abaixo dos 3% do limite preconizado; e se há alguma situação no Município, basta que o Município oficie a agência, ela faz as medições e vai comprovar que o que está sendo colocado na planta não oferece risco porque está dentro dos limites da Organização Mundial de Saúde, como preconiza a Lei. 11.934, de 2009.

Espero ter respondido e tranquilizado tanto a munícipe quanto o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Muito obrigado. O terceiro inscrito é o Sr. Christian de Mello Sznick, CPM Mooca. Tem a palavra pelo tempo regimental de três minutos.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Primeiramente, boa tarde a todas e a todos nesta audiência: Vereadores, Secretários Municipais e demais presentes. Sou Coordenador do Conselho Participativo Mooca e também dirigente educacional em São Paulo pelo Sinesp; tenho essas duas participações.

Trago, como conselheiro participativo e também como dirigente sindical, uma questão importante, voltada tanto à educação como à Secretaria de Tecnologia e Estudo: com relação ao sinal, há um grande problema mesmo em algumas regiões onde há antenas instaladas. São Paulo é uma cidade que não é planta e tem grandes depressões em algumas regiões. Falava-se muito isso em relação à região de Sumaré, principalmente em relação a sinal de televisão. Mas, quando tomamos as periferias da Cidade, sobretudo os locais mais afastados, os sinais pouco chegam. Darei um exemplo simples. Às vezes, na porta de uma

escola, na rua mesmo, você já não tem sinal de celular, tanto mais de internet. E quando há sinal, ele entra menos do que o 3G.

Então, de que forma, nessa questão toda que está sendo contemplada, vai se visar sobretudo as regiões mais periféricas? A Minéa, que é nossa Secretária Adjunta de Educação, ela tem muitas dessas questões, há muitas reclamações como essa, vindas da comunidade, que às vezes até receberam os *tablets*, o material, mas não tem conexão. Nós mesmos, às vezes em visita a algumas unidades como em Parelheiros, vemos que não sinal algum. Nem um GPS funciona, tanto mais um celular. Então, temos que ver de forma se pode contemplar, em todo o estudo, essas regiões que têm não um baixo sinal, mas um total apagão de sinal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – É um questionamento?

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Sim. Visando a cobrir a Cidade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr. - PSDB) – O senhor dirige a quem?

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Tanto à Secretaria de Educação e, se houver representante, à Secretaria de Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – O.K. Secretária Minéa.

A SRA. MINÉA PASCOALETO FRATELLI – Bom, como eu falei, Christian, quando fazemos uma política pública, a gente, na Secretaria de Educação, pensa nos nossos sujeitos de direito como um todo. O objetivo de fazer a compra desses *tablets* foi permitir que os estudantes também se utilizassem desse recurso para a realização das atividades, como todas as outras. Desde que essa compra foi feita, os Secretários que aqui estiveram tratam da temática com o então Prefeito Bruno Covas, depois com o Prefeito Ricardo Nunes. Penso que a proposição desse projeto é um pouco com esse anseio de que a gente possa ofertar, com qualidade, a internet para todos os estudantes. Penso eu que é um processo. A gente só não pode esperar que a Cidade inteira esteja com internet para implementar uma política pública nesse sentido, até porque, dentro da escola, como eu falei, é possível que as crianças tenham a internet e possam realizar atividades não só em papel, como é o desejo desse projeto. Então,

da parte da Educação, é isso que a gente tem para dizer.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM – Sr. Christian, referente ao vosso comentário, dentro do artigo 25, que foi muito bem explanado pelo Sr. Presidente da comissão, dando características, direcionando as áreas de vulnerabilidade, as antenas tendem a solucionar e com a potência da antena, iluminar aquela área.

Daquilo que concerne à Secretaria de Inovação e Tecnologia, dentro do programa WiFi Livre SP, com os sinais, existe no programa indicadores que confirmam que tem que ter cobertura dentro do perímetro do programa WiFi Livre SP. Então com as antenas sendo instaladas nas regiões de maior vulnerabilidade, nós conseguiremos também ampliar o programa WiFi Livre SP a partir dessas antenas lá instaladas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Feitos os esclarecimentos, passemos ao quarto inscrito: Sra. Gildeana Vieira Santos, munícipe. (Pausa) Ausente. Sra. Cilene Cristina dos Reis Gonzaga. (Pausa) Ausente. Sr. André de Andrade Lambert, munícipe. (Pausa) Ausente. Sra. Iris de Jesus Santos, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. Anderson Santana dos Reis, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. Raphael Luiz Caldeira, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. Willian Aparecido Carvalho, do Coletivo. (Pausa) Ausente. Sra. Gilza Rodrigues Cunha, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. Rubens Claudino da Silva, munícipe. (Pausa) Ausente. Sra. Ingrid da Silva Ribeiro, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. Jackson Ferreira, munícipe. (Pausa) Ausente. Sr. José Willian Ferreira da Silva, munícipe. (Pausa) Ausente.

Com a palavra, pela ordem, o Vereador Faria de Sá.

O SR. FARIA DE SÁ – Gostaria de saber se o Sr. Alexandre tem a resposta para a pergunta que fiz a respeito do Descomplica.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM – Sim, Sr. Vereador Arnaldo Faria. Nós estamos seguindo as orientações do Plano São Paulo e só poderemos abrir as unidades a partir de um decreto específico da Prefeitura para retornar o atendimento nas nossas unidades, principalmente às questões do atendimento presencial.

Isso é normativo, não apenas da Secretaria de Inovação e Tecnologia, mas sim orientado pela Secretaria de Saúde, num decreto de poder municipal. Nós estamos seguindo um decreto.

O SR. FARIA DE SÁ – E por que voltou o Poupatempo e não voltou o Descomplica?

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM – Nós estamos seguindo o decreto municipal, Sr. Vereador. Não tenho como informar ao senhor por que o Governo do Estado retornou e a Prefeitura não. Nós estamos seguindo o decreto municipal.

O SR. FARIA DE SÁ – Obrigado.

O SR. ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM – Obrigado, o senhor.

O SR. FARIA DE SÁ - Presidente, queria que o senhor permitisse aos munícipes que não tiveram oportunidade de fazer as indagações, que o façam por escrito e encaminhem à comissão, porque, na verdade, eles estavam inscritos na reunião primitiva, na primeira reunião da semana passada. Como não participaram, talvez não tenha chegado a tempo a informação de que hoje seria a nova reunião. Por isso gostaria de dar a oportunidade de enviar as suas indagações para a comissão, antes de repassar a quem de direito, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra Jr.) – Ótima colocação, Vereador Arnaldo Faria de Sá. Quero então reiterar que aqueles munícipes, que porventura estavam inscritos, mas não tenham participado desta reunião, que permanecem abertos os canais desta comissão para receber todas as dúvidas que serão encaminhadas aos secretários das respectivas pastas e aos representantes dos respectivos setores.

Quero agradecer a participação de cada um dos Srs. Vereadores. Um agradecimento especial a cada um dos Srs. Secretários, reafirmando que esta audiência é sequência da audiência interrompida na última semana, que esta comissão fez questão – importante frisar isso -, pelo coletivo dos seus Vereadores, que acontecesse hoje para que não houvesse nenhum problema, nenhuma perda com relação à tramitação do projeto em

discussão na Câmara Municipal de São Paulo. Fizemos com a maior brevidade possível por essa necessidade.

E faço um agradecimento, em nome dos Vereadores Gilberto Nascimento, Sandra Tadeu, Toninho Vespoli, Arnaldo Faria de Sá, Sansão, enfim, dos Vereadores que participaram desta audiência pública, um agradecimento especial a cada um dos secretários, à Procuradora-Geral do Município, Dra. Marina Martinez; aos representantes do setor, o Sr. Luciano Stutz e o Sr. Ricardo Dieckmann.

Declaro, portanto, em virtude de não termos mais nada a debater nesta sessão - feitos os agradecimentos, feitas as ponderações -, encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado, mais uma vez, a cada um dos senhores que participaram.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
